

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
INSTITUTO DE ESTUDOS HISTÓRICOS DR. ANTÓNIO DE VASCONCELOS

Revista Portuguesa de História

TOMO II



COIMBRA / 1943

História do Direito e das Instituições
(1939-1941)

Tem esta notícia bibliográfica por objectivo dar aos leitores uma ide'ia de conjunto sobre as obras publicadas desde 1939 a 1941, que possam interessar à história do direito e das instituições de Portugal. A nossa atenção incidirá especialmente sobre os estudos da autoria de historiadores portugueses; entendemos, no entanto, que a resenha não ficaria completa sem uma referência aos trabalhos de historiadores estrangeiros respeitantes ao direito e às instituições portuguesas, ou que, por respeitarem a instituições afins do país vizinho, possam ter interêsse imediato para o estudo das nossas. Analisaremos, porém, separadamente, a produção historiográfica portuguesa (à qual agregaremos algumas obras, em português, de autores brasileiros) e a produção historiográfica estrangeira com interêsse para Portugal.

§ 1.º — *Historiografia Portuguesa*

Raras vezes, na história da historiografia portuguesa, terá havido um período de tão intensa produtividade como o dos três anos a que, neste momento, nos referimos. E, se tal fenómeno se verificou, dum modo geral, em todos os domínios da investigação histórica, é justamente no ramo da história do direito e das instituições que êle mais se fêz notar, pelo contraste com a atenção habitualmente escassa que os historiadores consagram a êsse género de estudos.

Não é difícil encontrar a razão fundamental do grande interêsse votado aos estudos históricos entre os anos de 1939 e 1941. As comemorações centenárias da fundação e restauração da independência portuguesa, no ano de 1940, fizeram volver a atenção de todos os estudiosos, mesmo de muitos que habitualmente se não dedicavam a estudos históricos, para o passado glorioso de Portugal. Em quási todas as revistas literário-científicas se publicaram artigos de investigação ou de divulgação sobre a história portuguesa ; organizaram-se sessões comemorativas na maior parte das associações culturais e estabelecimentos de ensino, que raras vezes não foram acompanhadas de conferências ou discursos sobre os

mais diversos aspectos da história pátria; promoveu-se a publicação, por intermédio das Academias e dos organismos do Estado, de importantes fontes históricas, que se mantinham inéditas, e de valiosos trabalhos de investigação histórica levados a cabo pelos membros dessas Academias ou por outras pessoas de consagrada reputação científica; e finalmente, organizaram-se vários congressos, cujo conjunto constituiu o «Congresso do Mundo Português», com a colaboração dum avultado número de investigadores nacionais e estrangeiros, cujas teses e comunicações versaram, na sua maioria, sobre assuntos históricos.

A actividade dos historiadores portugueses, determinada pelos motivos acabados de apontar, começou a tomar incremento justamente no ano de 1939, quando se intensificaram os preparativos das comemorações, e não cessou com o encerramento destas em 1940. Muitos trabalhos importantes, ligados com as festas centenárias, só puderam ser concluídos e publicados em 1941, e alguns até em 1942, como sucedeu, por exemplo, com os dezanove volumes que contem as teses apresentadas ao Congresso do Mundo Português. Tudo isto justifica que a intensidade da produção historiográfica a que aludimos se mantenha, de maneira sensivelmente uniforme, ao longo do período de três anos que nos propusemos analisar.

1 — Já que apontámos as comemorações centenárias como a principal causa da intensificação dos estudos históricos nos anos de 1939 a 1941, justo será que comecemos a enumeração das obras dêste período relativas à história do direito e das instituições por uma série de TRABALHOS ACERCA DA FUNDAÇÃO DA INDEPENDÊNCIA, DA SUA CRISE DE 1580 E DA SUA RESTAURAÇÃO, onde se abordam problemas jurídicos ou de doutrinação política ligados a êsses factos.

a) Sobre a FUNDAÇÃO DA NACIONALIDADE PORTUGUESA, um dos principais trabalhos de interesse jurídico, embora curto na sua extensão, é o que o Prof. Paulo Merêa publicou no «Anuario de História del derecho español» (vol. xiii, 1936-41, pág. 397) subordinado à epígrafe *a Concessão da terra portugalense a D. Henrique*. Trata-se duma réplica aos reparos que um ilustre historiador estrangeiro, Carlos Verlinden, havia feito àcerca do seu estudo publicado com idêntico título no vol. 11 do referido Anuário (1928).

Outro estudo importante é o do Coronel Costa Veiga, que foi publicado no tomo i dos *Anais* da Academia portuguesa da História, e que se intitula: «*Ourique — Vale de Ve*. Parte iv: *Achêgas para a teoria diplomática do «consenso»*».

O problema da data em que D. Afonso Henriques assumiu o título de rei foi um dos que vieram de novo a lume com as festas centenárias. Além dum substancioso estudo de Cari Erdmann, que mencionaremos em seu devido tempo, quando nos referirmos à historiografia estrangeira sobre Portugal, escreveu Rui de Azevedo um artigo sobre o assunto no vol. i desta Revista: «*Ainda sobre a data em que D. Afonso Henriques tomou o título de Rei*».

Mencionaremos ainda as seguintes obras :

— Alfredo Pimenta, *O nome de D. Afonso Henriques nos documentos medievais*, in *Estudos históricos*, ix (1940).

— Cunha Gonçalves, *Construção jurídica de Portugal* (Coimbra, 1941).

— Alberto Feio, *Daqui nasceu Portugal*. Oração dita na Sala de Conferências da Biblioteca Pública de Braga (Braga, 1941).

— Bernardo Xavier Coutinho, *Acção do Papado na Fundação e Independência de Portugal*. Oração de sapiência pronunciada na solene abertura das aulas do Seminário do Porto (Porto, 1940).

b) Acêrca da CRISE DA INDEPENDÊNCIA, são fundamentalmente dois os trabalhos que importa indicar :

— Queiroz Veloso, *A per da da independência. Factores internos e externos que para ela contribuiu?n*, no vol. vi das publicações do Congresso do Mundo Português (tomo 1 do Congresso de História da monarquia dualista e da restauração) págs. 9 a 40.

— António Cruz, *O reconhecimento de Filipe II pela cidade do Porto*, no vol. ui, do «Boletim cultural» da Câmara Municipal do Porto (1940).

c) Finalmente, de entre os estudos relativos à RESTAURAÇÃO, há também alguns de grande interêsse histórico-jurídico, à frente dos quais cumpre destacar duas comunicações feitas ao Congresso do Mundo Português e que se encontram impressas no vol. vn das publicações do mesmo Congresso (tomo 11 do Congresso da monarquia dualista e da restauração): uma delas é da autoria de A. Martins Afonso e refere-se ao *Valor e significado político das actas das Cortes de Lamego no momento da Restauração* (págs. 473 a 500); a outra deve-se a António Cruz e trata de *Um inédito de*

Frei Serafim de Freitas, servidor da causa nacional (págs. 53y a 546).

A mais importante de todas as obras acerca da Restauração é, porém, a do Prof. Lopes de Almeida : *Estudos de história da Restauração. I—Notícias da aclamação e de outros sucessos* (Coimbra, 1940). Embora se trate sobretudo dum trabalho de história política, não deixa de ter interêsse também para o ramo de estudos históricos a que vimos aludindo.

Podem também consultar-se com vantagem :

— António Cruz, *Portugal restaurado. Estudos e documentos* (Porto, 1940).

— A nobreza na Restauração de Portugal. *Documentação inédita dos seus feitos. Tomo 1* (Lisboa, 1940).

— Silva Lopes, *A nobreza da Restauração, in Trabalhos da Associação dos Arqueólogos, vol. v* (1941).

Foram igualmente publicadas muitas fontes inéditas e reeditadas algumas outras de há muito esgotadas, acerca da história da Restauração. Não é esta resenha bibliográfica o lugar indicado para fazer a sua enumeração completa. No entanto, não devemos deixar de mencionar a reedição de duas obras importantes, que mais de perto podem interessar ao nosso ramo de estudos. Queremos referir-nos ao folheto que contém a *Relação de tudo o que passou na felice aclamação do muito alto... Dom João IV nosso Senhor*, e que o Prof. Lopes de Almeida publicou, e ainda à obra de D. Gregorio de Almeida, pseudónimo do jesuíta Padre João de Vasconcelos, intitulada *Restauração de Portugal prodigiosa*, publicada de novo sob a direcção do Prof. Damião Peres (3 vols. Porto, 1939).

Para terminar, citaremos uma bibliografia de grande utilidade prática para quem se dedique a estudos de história da Restauração, porque contém um catálogo minucioso de todas as obras existentes na Biblioteca Nacional de Lisboa sobre esse período glorioso da nossa história, com indicação das cotas que na referida biblioteca possuem. Tem por título: *Exposição bibliográfica da Restauração. Catálogo. Biblioteca Nacional*. Abrange dois volumes, que saíram a público, respectivamente, em 1940 e 1941.

2 — A HISTÓRIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA também foi enriquecida, no período a que se refere esta resenha, com alguns valiosos

trabalhos. Na revista «Portucale» (vol. xiii, 1940, pág. 41), saiu a público um estudo do Prof. Merêa sobre a *Administração da terra portuguesa no reinado de Fernando Magno*. Do mesmo Professor, devem citar-se ainda mais duas publicações sobre esta importante secção da história jurídica: uma breve mas erudita nota à-cêrca das *Origens do feudalismo*, no Boletim da Faculdade de Direito de Coimbra (vol. xvii, 1940-41, pág. 350) e um curioso estudo sobre *A aclamação dos nossos reis*, na Revista dos Centenários (fascículo 16, Abril de 1940, pág. 1) em que se demonstra o infundado das referências à *coroação* dos reis portugueses, cerimónia que nunca existiu, embora apareça, por vezes, representada em gravuras ou citada em estudos históricos.

De grande importância nesta matéria é também o estudo que Rui de Azevedo publicou no vol. 1 desta Revista, subordinado ao título *Primórdios da chancelaria de D. Afonso Henriques*.

Sobre as inquirições mandadas elaborar pelos nossos primeiros monarcas, veio a lume um artigo de Alfredo Pimenta na revista «Gil Vicente» (vol. xvi. Guimarães, 1940): *Para a história das inquirições régias*.

O Prof. Torquato de Sousa Soares deu igualmente o seu contributo para este ramo de estudos, com um trabalho sobre *O repovoamento do Norte de Portugal no século ix*, trabalho que é de fundamental importância nesta matéria. Trata-se da sua conhecida tese de que o repovoamento de Portugal se deve ter operado na direcção Sul-Norte e não, como pretende a solução tradicional, com povos oriundos da Galiza. Êste estudo, que constituiu a sua comunicação ao Congresso do Mundo Português foi publicado simultaneamente na revista «Biblos» (vol. xviii, págs. 187 a 208) e no vol. ii (págs. 333 a 416) das publicações do Congresso.

Chamaremos ainda a atenção do leitor para o vol. vi da *História da expansão portuguesa*, acabado de publicar no período a que esta resenha diz respeito, onde se encontram vários capítulos com interesse mais ou menos directo para a história da administração pública.

Em matéria de fontes, limitar-nos-emos a citar o *Diário do 4.º Conde da Ericeira, D. Francisco Xavier de Meneses (1731-1733)*, que Eduardo Brazão começou a publicar na «Biblos» (vol. xvii, 1941, págs. 84-115 e 567-600), onde se encontram algumas passagens

que interessam para o estudo da administração pública portuguesa nos comêços do século xvm.

Também não deve deixar de apontar-se urna valiosa bibliografia publicada pela Assembleia Nacional acerca da historia das nossas antigas Cortes, com um prefácio de Joaquim Leitão : *Cortes do Reino de Portugal. Catálogo da exposição documental e biblio-
-iconográfica.*

3 — Há um ramo da história da administração que merece, nesta resenha, uma referência à parte, dada a especial atenção que últimamente tem merecido aos investigadores : a HISTÓRIA DAS INSTITUIÇÕES MUNICIPAIS. São bastantes os trabalhos publicados no triênio 1939-1941 sobre os antigos municípios, abordando tanto o problema da sua origem e organização primitiva como o da sua posterior constituição.

A frente dos autores que se ocuparam do problema das origens e organização do MUNICÍPIO MEDIEVAL é de justiça citar os nomes dos Professores Torquato de Sousa Soares e Paulo Merêa. O primeiro, de há muito especialista em estudos sobre os concelhos medievais, publicou três trabalhos acerca desta matéria no periodo a que nos estamos a referir : um artigo sobre *Henri Pirenne e o problema da origem das instituições municipais*, no vol. xv da «Biblos» (1939, págs. 505 a 518); umas *Notas para o estudo das instituições municipais da Reconquista*, no vol. 1 desta Revista, de que os leitores poderão ver a continuação no presente volume ; e, finalmente, também no 1 vol. da «Revista portuguesa de História», algumas considerações sobre *U?n «alcalde» no séc. x.* O segundo deu-nos um estudo magistral *Sobre as origens do concelho de Coimbra* que foi publicado igualmente no vol. 1 da nossa Revista.

Ainda sobre o município medieval, não pode esquecer-se o longo artigo de Alfredo Pimenta no vol. 11 dos «Anais da Academia Portuguesa da História» págs. 36 a 146), em que faz uma análise minuciosa dos *Forais medievais vimaranenses.*

O estudo não menos interessante, da ORGANIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS NOS TEMPOS MODERNOS ficou devendo um notável incremento à pena incansável de José Pinto Loureiro. Alguns dos seus trabalhos, por serem obras de conjunto, referem-se tanto à história medieval como à história moderna dos municípios cujo estudo fazem. Na sua maior parte, porém, focam este último aspecto.

Mencionamo-los todos conjuntamente, para não lhes roubar a unidade que, por vezes, entre si possuem.

São da sua autoria, à cerca do município de Coimbra, as seguintes publicações:

— *Forais de Coimbra. Publicação comemorativa do oitavo centenário da fundação da nacionalidade. Separata do vol. g^o de «O Instituto» (Coimbra, 1940).*

— *A administração coimbrã no séc. xvi. Elementos para a sua história, no «Arquivo coimbrão», vol. iv (1938-39) págs. i a 48 e vol. v (1940) págs. i a 48. O estudo foi completado e publicado em separata já em 1942.*

— *Trajo e insígnias dos vereadores, no vol. v da referida revista (1940), págs. 197 a 207.*

— *Anais do município de Coimbra. 1640-1668. Volume comemorativo da Restauração (Coimbra, Biblioteca Municipal, 1940).*

Além do concelho de Coimbra, foram objecto da sua atenção e estudo, na revista «O Instituto», vários concelhos da Beira, especialmente o de Nelas. Escreveu, a esse respeito, os seguintes artigos :

— *A antiga terra de Senhorim, moderno concelho de Nelas — da prehistória à Idade Média, no vol. 93 (1939) págs. 308-344.*

— *Evolução político-administrativa de alguns concelhos da Beira, no vol. 94 (1939), págs. 20 a 57.*

— *A terra e o concelho de Senhorim, no vol. 94 (1939) págs. 324 a 370.*

— *O concelho de Nelas. Elementos para a sua história, no vol. 97 (1940) págs. 289 a 369.*

— *Para a história de alguns antigos concelhos da Beira, no vol. 97 (1940) págs. 97 a 139 e 213 a 267.*

As considerações formuladas nestes artigos foram em grande parte reproduzidas no livro *O concelho de Nelas, antiga terra de Senhorim. Subsídios para a história da Beira* (Coimbra, 1940).

A semelhança do que fez Pinto Loureiro para Coimbra, organizando uma colectânea de todos os seus forais, ordenou a Câmara Municipal do Porto, pelo Gabinete de História da Cidade, a publicação dos *Forais manuelinos da cidade e termo do Porto existentes no Arquivo Municipal*. Da publicação, que ficou constituindo o vol. vu dos «Documentos e memórias para a história do Porto»,

foi encarregado António Cruz, que para ela escreveu uma introdução e várias notas.

A publicação dos forais manuelinos, tão importante para o conhecimento da vida municipal nos tempos modernos, encontra-se infelizmente, em grande parte, para fazer. Além das duas edições já citadas, relativas a Coimbra e ao Porto, apenas temos conhecimento de se terem publicado, no triénio que presentemente analisamos, alguns *Forais novos do distrito de Aveiro*, por iniciativa de Rocha Madahil. A publicação foi feita na revista «Arquivo do distrito de Aveiro», e abrange os seguintes forais novos: *Foral da Feira*, no vol. v (1939), págs. i5 a 3-2, io3 a 118 e 167 a 182; *Foral de Avelãs do Caminho*, no vol. vi (1940), págs. 37 e 38; *Foral do Pereiro*, *ibidem*, págs. 3g a 41 ; *Foral de Anadya de Santa Cruibidem*, págs. 42 a 45 ; *Foral de Mogo fores*, *ibidem*, págs. 231 a 233; *Foral de S. Lourenço do Bairro*, *ibidem*, págs. 234 a 241 ; e *Foral de Avelãs de Cima*, no vol. vn (1941), págs. 66 a 75.

Terminaremos esta longa enumeração de obras relativas à organização municipal citando um artigo de divulgação, mas de grande mérito intrínseco, do Prof. Marcelo Caetano, sobre *Concelhos*, que apareceu no número especial de «O Século» consagrado aos Centenários.

4 — Se, da administração pública da metrópole, passarmos à

ADMINISTRAÇÃO COLONIAL C AOS PROBLEMAS JURÍDICOS SUSCITADOS PELOS
DESCOBRIMENTOS E COLONIZAÇÃO, encontraremos também um número
assaz avultado de estudos históricos, alguns dos quais da autoria
de investigadores brasileiros. Também neste domínio se fez sentir
a influência das comemorações centenárias, pois os estudos vindos
a público são constituídos, na sua maioria, por comunicações feitas
ao Congresso do Mundo Português. E o que sucede, por exemplo,
com os seguintes :

— Manuel Múrias, *Legitimidade do direito de Portugal às terras descobertas : Tratado de Tordesilhas*, no vol. ui das Publicações do Congresso (vol. 1 do Congresso de história dos descobrimentos e colonização), págs. 685 a 709.

— José F. Ferreira Martins, *Casa da Índia*, *ibidem*, vol. iv (II do Congr. de hist. dos descobr.) págs. 365 a 384.

— Sebastião José de Carvalho, *Estudo histórico do problema*

da colonização em Angola e Moçambique, *ibidem*, vol. xv (II do Congr. Colonial), págs. 71 a 114.

— António de Almeida, *Esboço histórico das organizações tradicionais dos regulados indígenas em Angola e Moçambique*, *ibidem*, *ibid.*, págs. 527 a 642.

— José Gonçalo Santa Rita, *Organização da administração ultramarina no século xviii*, *ibidem*, vol. viii (Congresso de história moderna), págs. 121 a 164.

— Luís de Oliveira Guimarães, *A condição jurídica das capitânicas brasileiras*, *ibidem*, vol. ix (tomo 1 do Congresso luso-brasileiro de história), págs. 129 a 134.

— Guy de Hollanda, *Nota prévia sobre as origens ideológicas da Inconfidência Mineira*, *ibidem*, vol. xi (ui do Congr. luso-bras. de hist.) págs. 23 a 36.

No entanto, independentemente dos estudos suscitados pela realização do Congresso, alguns outros se publicaram sobre a história da administração colonial portuguesa. Assim : No «Boletim do Instituto Vasco da Gama» (índia portuguesa), n.º 47, saiu um artigo de A. da Piedade Colaço sobre *O sistema da colonização portuguesa*; M. Ruela Pombo publicou um trabalho sobre *Os pretos no Brasil (1939)*; A. C. Ferreira Reis estudou *A política de Portugal no Vale Amazónico (Belém-Brasil, 1940)*; e Augusto de Lima Júnior deu a lume um estudo sobre *A Capitania das Minas Gerais, suas origens e formação (Lisboa, 1940)*.

Também são de grande interesse para o ramo de estudos que estamos a focar alguns capítulos do ui volume da *História da expansão portuguesa no mundo*, onde são versados problemas capitais, como o das ilhas Molucas e o dos direitos sobre os mares e terras descobertas, fazendo-se, ao mesmo tempo, largas referências à administração do nosso domínio ultramarino.

5 — Estreitamente ligada à história da administração pública, está também a HISTÓRIA DA ECONOMIA E DAS FINANÇAS PORTUGUESAS.

A respeito da época medieval, o único trabalho de vulto a assinalar é a comunicação do Prof. Damião Peres ao Congresso do Mundo Português, sobre *A actividade agrícola em Portugal nos séculos xii a xiv*, nas publicações do Congresso, vol. 11 (Congresso de História medieval', págs. 63 a 480.

Abrangendo uma época mais vasta, consagrou Alberto V. Braga

um artigo, na «Revista de Guimarães», ao estudo das feiras vimaranenses, tanto da cidade como das redondezas, dedicando algumas páginas à respectiva história: *Curiosidades de Guimarães. Feiras e mercados*, no vol. 49 (1939), págs. 136 a 177. O estudo continua no vol. 50 da mesma revista (1940), mas, nessa parte, não oferece senão interesse etnográfico.

Um dos problemas de história económica e financeira de que mais se ocuparam os investigadores nos anos a que esta resenha se refere foi o das conseqüências económicas dos descobrimentos e bem assim o da economia e finanças da Restauração. Todos os trabalhos publicados a esse respeito, com excepção de um apenas, foram comunicações apresentadas ao Congresso do Mundo Português. Mencionaremos :

— Mosés Bensabat Amzalak, *Conseqüências económicas dos descobrimentos*, nas publicações do Congresso, vol. v (vi do Congresso de história dos descobrimentos e colonização), págs. 341 a 362.

— Maria Leonor Rocha, *Os descobrimentos e conquistas na economia política da nação*, *ibidem*, págs. 313 a 340.

— Vitorino Guimarães, *As finanças na guerra da Restauração (1640-1668)*. Separata da «Revista Militar» (Lisboa, 1941).

— Jaime Cortesão, *A economia da Restauração*, nas publicações do Congresso do Mundo Português, vol. vi (11 do Congresso de história da monarquia dualista e da Restauração), págs. 669 a 688.

Também no Congresso do Mundo Português foram proferidas algumas comunicações de enorme importância sobre a história da escravatura nos domínios ultramarinos portugueses. Tomamos nota das seguintes :

— Luís Viana Filho, *O trabalho do engenho e reacção do índio. Estabelecimento da escravatura africana*, nas publicações do Congresso, vol. x (II do Congresso luso-brasileiro de história) págs. ii a 3o.

— M. Maia Mendes, *Escravatura no Brasil*, *ibidem*, vol. x, págs. 3i a 56.

— Marquês de Rio Maior, *O Marquês de Pombal e a repressão da escravatura. A obra e o homem*, *ibidem*, vol. viii (Congresso de História moderna), págs. 93 a 120.

— Marcel Grunspan, *A propósito do tráfico de escravos e da*

opinião pública portuguesa, *ibidem*, vol. ix (Congresso de Historia contemporânea), págs. 451 a 470.

No mesmo Congresso, foram apresentados três trabalhos à cerca dum ramo da história económica que tem interessado bastante, nos últimos tempos, vários eruditos, de entre os quais se deve destacar o nome de Fernando da Silva Correia. Queremos referir-nos à história da assistência. São da autoria de Silva Correia: *A assistência aos pobres no começo da nacionalidade portuguesa*, nas publicações do Congresso, vol. 11, págs. 621 a 642; e *Algumas teses sobre a história da assistência em Portugal*, *ibidem*, *ibid.*, págs 643 a 660.

A terceira comunicação a que nos referíamos deve-se a J. Augusto Ferreira e trata da *Origem das misericórdias [...] e influência destas [...] na acção missionária portuguesa*, *ibidem*, vol. v, págs. ii a 29.

Em matéria de fontes da história económica, são especialmente duas as publicações que convém mencionar: a *Memoria económico-apolítica sobre a liberdade do comercio dos grãos com a sua applicação às ilhas dos Acores*, de José Acúrcio das Neves, editada por Fernando de Aguiar na revista «Gil Vicente» (1941); e *O Livro grande de Sampayo ou Livro dos vedores de Ceuta (ijof-iôjo)*, que José de Esaguy publicou em vários volumes da revista «O Instituto» (vols. 93, 94, 97, 99 e :OI).

6 — Assim como, em matéria de história da administração, consagramos urna alinea, em especial, aos estudos sobre historia das instituições municipais, também nesta matéria de história económica devemos destacar, pela sua importância, os trabalhos relativos à HISTÓRIA DAS CORPORAÇÕES DE ARTES E OFÍCIOS. OS estudos de história das corporações são duma flagrante actualidade, porque, do conhecimento perfeito do antigo sistema corporativo (sua estrutura, desenvolvimento, qualidades e defeitos, causas de decadência) podem tirar-se lições proveitosíssimas para o aperfeiçoamento do sistema actual. Talvez por isto mesmo, tem-se notado, de há anos a esta parte, um interêsse crescente por êsse aspecto da nossa história económica, que parecia, anteriormente, votado a um completo esquecimento. No triénio 1939-1941, publicaram-se alguns trabalhos sobre esta matéria, focando umas vezes a antiga organização corporativa no seu conjunto

e outras vezes os aspectos que revestiu nesta ou naquela localidade.

Um dos estudos de maior valor, neste domínio, foi o levado a cabo por José Pinto Loureiro à cerca da *Casa dos vinte e quatro de Coimbra ; elementos para a sua história*. Esse trabalho começou a publicar-se no vol. m do «Arquivo coimbrão», mas só foi completado no volume iv (1938-1939, págs. 49 a 114). Já antes disso, porém, tinha saído a separata respectiva (1939).

Igualmente valiosa é a obra de A. L. de Carvalho sobre *Os mesteres de Guimarães* (vol. 1, 1939 e vol. 11, 1941).

Sobre a organização corporativa na cidade do Porto, fizeram-se duas publicações, ambas da autoria de António Cruz : *Os mesteres do Porto no séc. xv. Aspectos da sua actividade e taxas de ofícios mecânicos*, no vol. ui do «Boletim cultural» da Câmara Municipal do Porto (1940) ; e *Antiga organização dos mesteres no Porto*, nas publicações do Congresso, vol. xvm (tomo 11 do Congresso nacional de ciências da população), págs. 835 a 848.

Mencionaremos, por fim, um *Subsídio para uma história das corporações*, de Luís Mourão (Lisboa, 1941) e um estudo de Fernando Campos sobre *A tradição corporativa portuguesa*, na «Indústria portuguesa» de Novembro de 1941.

7 — A HISTÓRIA DO DIREITO PRIVADO é um dos domínios da história jurídica que entre nós encontram menor número de cultores, mormente se atendermos à importância primacial que possui no quadro destes estudos. Não quer isto dizer que seja pequena ou desvaliosa a produção historiográfica portuguesa sobre direito privado, porque possuímos, neste domínio, um mestre de renome internacional, cuja operosidade não conhece desfalecimentos nem canceiras : o Prof. Paulo Merêa, da Faculdade de Direito de Coimbra. São em número de cinco as suas publicações de história do direito privado, no período a que esta resenha alude :

— *A doação «per carta?» no direito romano vulgar e no direito visigótico*, no «Boletim da Faculdade de Direito de Coimbra», vol. xvii (940-41), págs. 115 a 133.

— *O poder paternal na legislação visigótica*, no vol. xv do mesmo «Boletim» (1938-39), págs. 297 a 317.

— *Ainda sobre a palavra «arras»*, no tomo vi (1940) do «Boletim de filologia», págs. 187 e 188.

— *Sobre as origens do executor testamentario*, nos «Anais da Academia Portuguesa da História», vol. II (1940) págs. 9 a 32.

— *Sobre as origens da têrça*. Éste trabalho, em que o autor se inclina para a origem árabe da quota disponível de um têrço, tradicional no direito português, constituiu a sua comunicação ao Congresso de história medieval, integrado no Congresso do Mundo Português. Foi publicado primeiro em brochura à parte, saindo depois também no vol. II das publicações do Congresso, págs. 493 a 506.

Versa também sobre história do direito privado, a tese de doutoramento de Guilherme Braga da Cruz, cujo título é : *O direito de troncalidade e o regime jurídico do património familiar*, tomo I (Braga, 1941). Além do princípio sucessório da troncalidade, estuda-se aí o retracto familiar e a reserva hereditária.

Interessa igualmente a esta matéria a comunicação do Padre Francisco Manuel Alves ao Congresso do Mundo Português : *Aforamento de propriedades em Outeiro na era de 1308*, no vol. II das publicações do Congresso, págs. 487 a 497.

8 — Acêrca da HISTÓRIA DO DIREITO CANÓNICO, DAS INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS E DAS RELAÇÕES ENTRE A IGREJA E O ESTADO, citaremos, antes de mais nada, duas obras de carácter geral : a *História eclesiástica de Portugal* do Padre Miguel de Oliveira (Lisboa, 1940) e *Portugal em Roma* de Monsenhor José de Castro (2 volumes, Lisboa 1939). E também da autoria do Padre Miguel de Oliveira um estudo sobre as *Paróquias rurais portuguesas, sua origem e for mação*, publicado no número comemorativo dos Centenários da «Revista de Guimarães» (1940).

Relativamente à história das dignidades eclesiásticas, saíram a lume, em 1940, duas monografias: uma do Cónego Ferreira Pinto sobre *O cabido da Sé do Porto*, nos «Documentos e memórias para a história do Porto» ; e outra do Prof. António de Vasconcelos, subordinada à epígrafe *Dignidades do Cabido de Coimbra — O arcediagado do Vouga*, no «Arquivo do distrito de Aveiro», vol. VI (1940), págs. 5 a 36.

O curioso problema jurídico-canónico da isenção de obediência de certas comunidades religiosas à autoridade diocesana foi estudado cuidadosamente por António Gomes da Rocha Madahil em relação ao mosteiro de Santa Cruz num trabalho que intitulou

O privilégio do isento de Santa Cruz de Coimbra e que saiu a público no vol. v do «Arquivo coimbrão» (1940), págs. 214 a 286. Esse estudo suscitou ao prof. Paulo Merêa algumas considerações sobre o mesmo tema publicadas na «Brotéria» (vol xxxi, 1940, págs. 596 a 600) com a epígrafe *Sobre o isento de Santa Cruz de Coimbra (A propósito dum estudo recente)*.*

Houve também uma comunicação ao Congresso do Mundo Português a respeito da história medieval do mesmo mosteiro, que tão ligada está à própria história portuguesa : *O mosteiro de Santa Cruz de Coimbra no séc. XII*. E seu autor J. Pires de Lima, e pode consultar-se nas publicações do Congresso, vol. 11, págs. 435 a 462.

Ao Padre Acácio Casimiro, da Companhia de Jesus, ficamos devendo dois trabalhos sobre a história dessa ordem religiosa em Portugal : *O governo de D. João VI e a restauração da Companhia de Jesus (1814-1815)*, (Porto, 1940); e *Expansão e actividade da Companhia de Jesus nos domínios de Portugal (1540-1940)*, (Porto, 1941).

Acerca da história da inquisição, apenas temos notícia de um pequeno artigo de Gustavo Cordeiro Ramos, que se intitula *Referências à inquisição portuguesa em dois autores ingleses do séc. XVIII* publicado nas «Memórias» da Academia das Ciências de Lisboa (classe de Letras).

A assinatura da concordata e do acordo missionário entre Portugal e a Santa Sé não deixou de produzir os seus reflexos no domínio da historiografia. Assim, por exemplo, o Padre António da Silva Rêgo publicou um interessante estudo, que a Agência Geral das Colónias editou, sobre *O padroado português do Oriente. Esboço histórico*, (Lisboa, 1940); e Eduardo Brazão organizou uma *Colecção de concordatas estabelecidas entre Portugal e a Santa Sé de 1238 a 1940* (Lisboa, 1941), que é de enorme utilidade prática para quem queira estudar a história das relações entre a Igreja e o Estado português.⁹

9 — Outro ramo importante da história do direito, à cerca do qual há muito terreno para desbravar e que vai, felizmente, despertando a atenção de bastantes estudiosos, é o da HISTÓRIA DA CULTURA E DA LITERATURA JURÍDICAS. Também neste domínio nos aparece, como em quasi todos os já assinalados, o nome do

Prof. Paulo Merêa. A êle se devem dois trabalhos, ambos publicados no «Boletim da Faculdade de Direito»: *Um manuscrito de Melo Freire*, no vol. xv (1938-39), págs. 224; e *Coisas que convém lembrar. (Uma memória do jurisconsulto Correia Teles sobre os antigos prados de nomeação)*, no vol. xvii (1940-41), págs. 351.

Em 28 de Novembro de 1940 efectou-se na Academia das Ciências de Lisboa uma sessão evocativa sobre «Os jurisconsultos e os diplomatas de Portugal restaurado». Nessa sessão, o prof. Cunha Gonçalves realizou uma conferência a respeito dos *Jurisconsultos e letrados da Restauração*. E igualmente da autoria de Cunha Gonçalves um estudo sobre *Gil Vicente e os homens do foro*, publicado no volume que a Academia das Ciências consagrou ao centenário de Gil Vicente, editado em 1939.

No vol. i dos «Estudos italianos em Portugal» (1939) veio a público um erudito artigo do prof. Paulo Cunha, da Fac. de D.º de Lisboa, acerca das *Relações entre a cultura jurídica italiana e a cultura jurídica portuguesa*.

Finalmente, são também do maior interêsse para a história da cultura jurídica os seguintes trabalhos:

— F. Martins de Carvalho, *Jurisconsultos portugueses do séc. xvi*, na revista «O Direito», ano LXXIII (1941).

— Arlindo Monteiro, *O jurisperito do sec. xvii desembargador Diogo Guerreiro Camacho de Aboim e o autor do tDemetrio Moderno*, na revista «Petrus Nonius» (1940).

— Mosés Bensabat Amzalak, *Anciens économistes portugais*, no número especial do «Bulletin des Etudes portugaises» consagrado às comemorações centenárias.

— Carlos Olavo, *João das Regras. Jurisconsulto e homem de Estado* (Lisboa, 1941).¹⁰

10 — Não devem ficar também sem uma referência nesta resenha as obras relativas à HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE, já pelo interêsse que têm em si, já pelos elementos que indirectamente possam fornecer quanto à história da cultura jurídica. As publicações efectuadas sobre esta matéria entre 1939 e 1941 abrangem, na sua maioria, fontes inéditas sobre a história da Universidade de Coimbra. Foram editadas pela própria Universidade, ainda no rescaldo das comemorações, efectuadas em 1937, do quarto centenário da sua transferência definitiva para Coimbra.

Saíram mais quatro volumes da colecção denominada «Universitatis Conimbrigensis Studia ac Regesta», a saber:

— *Documentos de D. João III*, publicados pelo prof. Mário Brandão, vol. m (1939) e vol. iv (1941). Os volumes 1 e 11 tinham sido editados, respectivamente, em 1937 e 1938.

— *Noticias chronologicas da Universidade de Coimbra escriptas pelo beneficiado Francisco Leitão Ferreira. Segunda parte que comprehende os annos que discorrem desde principios do de 1541 até fim do de 1547*— Volume II, primeira edição publicada, revista e anotada por Joaquim de Carvalho, lente da Universidade de Coimbra (Coimbra, 1940). Em 1937, tinha, saído, em segunda edição, a primeira parte «que comprehende os annos que discorrem desde o de 1288 até principios do de 1537» e em 1938, em primeira edição, o volume 1 da segunda parte, «que comprehende os annos que discorrem desde meados do de 1537 até fim do de 1540».

— *Livro da Fazenda e Rendas da Universidade de Coimbra em 1510*, organizado por Simão de Figueiró, escrivão das suas rendas e bens, e lido e publicado por António Gomes da Rocha Madahil, conservador do Arquivo e Museu de arte da mesma Universidade (Coimbra, 1940).

Por iniciativa do Arquivo da Universidade, fizeram-se também duas publicações de fontes :

— *Livro verde da Universidade de Coimbra (cartulário do séc. xv)*. Leitura, revisão e prefácio de António Gomes da Rocha Madahil (Coimbra, 1940).

— *Actas dos Conselhos da Universidade de 1531 a 1541*, publicadas pelo prof. Mário Brandão, vol. I (Coimbra, 1941).

Nem só fontes, porém, se publicaram acerca da história da Universidade. Na revista «Biblos» apareceram dois estudos sobre essa matéria. Um deles é um extenso e importantíssimo artigo do prof. António de Vasconcelos a respeito dos *Colégios universitários de Coimbra*, no vol. xv (1939), de págs. 1 a 170. O outro é da autoria de A. Pinto de Carvalho ; tem interesse para a história da Universidade renascentista e intitula-se *Uma oração latina de Mestre João Fernandes*; encontra-se no vol. xvii (1941), de págs. 213 a 240.

11—Mencionaremos agora as publicações respeitantes à HISTÓRIA DAS DOCTRINAS POLÍTICAS E DA FILOSOFIA JURÍDICA. **Relativa-**

mente à época medieval, os trabalhos mais importantes a apontar são uma edição nova do *Livro da virtuosa bemfeitora do Infante Dont Pedro*, levada a efeito por iniciativa da Biblioteca Municipal do Porto, e a longa introdução que Joaquim Costa para ela escreveu e que também foi publicada em separata com o título de *O Infante D. Pedro e a «Virtuosa Bemfeitora»*. *Análise duma grande figura moral da história portuguesa* (Porto, 1940).

Sobre o maquiavelismo, foi publicada uma obra póstuma do prof. Vergílio Taborda, que é de capital importância para a história das doutrinas políticas da nossa península, pois a sua segunda parte é consagrada integralmente ao estudo do anti-maquiavelismo peninsular: *Maquiavel e Anti-Maquiavel* (Coimbra, 1939).

A época do jusnaturalismo e do iluminismo foi de todas a mais estudada e os trabalhos que à cerca dela se publicaram constituem, sem excepção, investigações de grande valor, devidas a três dos nossos melhores professores universitários: Paulo Merêa, Cabral de Moneada e Hernâni Cidade. Da autoria do primeiro, indicaremos dois trabalhos:

*Suárez, Grócio, Hobbes. *Lições de história das doutrinas políticas feitas na Universidade de Coimbra*. (Coimbra, 1941); e *Direito romano, direito comum e boa razão*, no «Boletim da Fac. de D.º», vol. xvi (1939-40), págs. 534 a 543. Sobre *Um iluminista português do séc. xviii*: Luís António Verney, apresentou o prof. Moneada uma comunicação ao Congresso do Mundo Português que foi inserta no vol. xm das respectivas publicações (tomo 11 do Congresso das actividades científicas portuguesas). O assunto continuou, depois disso, a merecer a atenção do autor, que veio a publicar, em 1941, um estudo mais desenvolvido, na «Colecção Studium» (editada por Arménio Amado), subordinado ao mesmo título da comunicação. Finalmente, o prof. Hernâni Cidade publicou uma 2.ª edição, muito ampliada e refundida, do seu *Ensaio sobre a crise mental do séc. xviii*, a que deu o título de *Lições de cultura e literatura portuguesas (Da reacção contra o formalismo seiscentista ao advento do romantismo)*. (Coimbra, 1940). Na revista «Biblos», tinha sido publicado, pouco tempo antes, um excerto desta obra, sob a epígrafe de *Cartas inéditas de Verney — Modernidade pedagógica da Congregação do Oratório* (vol. xvi — 1940, págs. i a 21).

Quanto às doutrinas liberais e sua expansão entre nós, é de fundamental importância o estudo do prof. Paulo Merêa sobre *O liberalismo de Herculano*, que foi publicado na «Biblos» (vol. xvii — 1941, págs. 733 a 746) e no vol. xm das publicações do Congresso do Mundo Português (págs. 507 a 522), por ter constituído a comunicação do autor ao Congresso das actividades científicas portuguesas. Merecem ser citados igualmente, sobre a história do liberalismo em Portugal :

— A. Homem do Carmo, *A maçonaria à cata do poder*, na «Brotéria», vol. xxviii (Janeiro a Junho de 1939), págs. 60 a 67.

— Fernando Campos, *A « Liberdade» em Portugal e Espanha*, na revista «Ocidente», ano 11, vol. v (1939), págs. 100 a 105.

— Reis Machado, *O pensamento de Z. Pedro v* (Lisboa, 194c).

12— Englobaremos numa só alínea, por o seu número ser relativamente pequeno, as OBRAS DE CONJUNTO e os trabalhos de

HISTÓRIA DAS FONTES OU SÔBRE PROBLEMAS GERAIS DA HISTORIOGRAFIA

JURÍDICA. De entre as primeiras, começaremos por mencionar uma *História do direito português* que contém a súmula das lições proferidas pelo prof. Marcelo Caetano, na Faculdade de Direito de Lisboa, ao curso de 1940-41. Embora o livro apareça sob a forma de apontamentos colhidos pelos alunos Ernesto Fernandes e Anibal Rego, trata-se, na verdade, das próprias lições do professor Marcelo Caetano, que nesse ano teve de preencher transitoriamente a vaga deixada pelo falecimento do prof. Pedro Martins. O prof. Marcelo Caetano não é um leigo em matéria de história jurídica; são várias e valiosas as monografias que tem publicado neste domínio. As suas lições, recolhidas neste volume, são uma confirmação disso mesmo e ficam a constituir um importante contributo para a história do nosso direito.

Outra obra que não pode ficar esquecida é a *História de Portugal* do Padre Luís Gonzaga de Azevedo, de que saíram, postumamente, os volumes 11 (em 1939) e 111 (em 1940). Muitos dos problemas de história pátria aí abordados com mão de mestre estão ligados de perto com a história do direito e das instituições.

Para a história das fontes de direito tem grande utilidade prática a colectânea que um aluno da Faculdade de Direito de Lisboa, Manuel Bento, elaborou sob a epígrafe de *Subsidios para a história do direito português*. Reüniram-se aí, num pequeno fascículo,

as notas e prefácios de cada uma das secções dos «Portugaliae monumenta historica», apresentando-se em tradução portuguesa aqueles que os organizadores dos «Portugaliae» redigiram em latim.

Mencionaremos, por fim, um trabalho do prof. Cabral de Moncada sobre um momentoso problema, *A actual crise do romanismo na Europa*, que foi publicado no vol. xvi (1939-40) do «Boletim da Faculdade de Direito», de págs. 246 a 253 e de págs. 551 a 565.

13 — Relativamente às FONTES DA HISTÓRIA JURÍDICA que viram a luz da publicidade no triénio 1939-1941, apontamos já um número assaz avultado, repartindo-as pelas diversas alíneas, segundo o assunto a que fundamentalmente dizem respeito. Resta, no entanto, enumerar algumas que, pelo facto de interessarem simultaneamente a vários ramos da história jurídica, não foram ainda mencionadas. São as seguintes :

— *Documentos medievais portugueses. Documentos particulares. Volume in. A. D. iioi-iiu*⁵ (Lisboa, Academia portuguesa da História, 1940). Trata-se duma continuação da secção «Diplomata et chartae» dos «Portugaliae monumenta historica», que termina, como se sabe, no ano de 1100. De entre as pessoas que contribuíram para o êxito desta importantíssima publicação merecem destacar-se os nomes de Rui de Azevedo e do prof. Paulo Merêa. Êste volume, apesar da sua designação de «terceiro», foi o primeiro a ser publicado. Os volumes 1 e n serão publicados só mais tarde e abrangerão os documentos particulares anteriores a 1100, tanto os que foram incluídos nos «Diplomata et Chartae» como os que aí não puderam ser publicados.

— *Documentos medievais do convento de Seiça. Certificados por Frei Joaquim de Santa Rosa de Viterbo. Publicados por António Gomes da Rocha Madahil, na «Revista de Guimarães» (1940).*

— *Pergaminhos da Colegiada de S. Pedro (Documentos do Município de Évora em depósito na Biblioteca Pública e Arquivo distrital), Évora (1941).*

— *Livro antigo de cartas e provisões dos Senhores Reis D. Afonso \ D. João II e D. Manuel I do Arquivo Municipal do PôrtOy nos «Documentos e Memórias para a história do Porto»,*

vol. v; prefaciado e anotado por Artur de Magalhães Basto (Porto, 1940).

— *Catálogo de manuscritos* da Biblioteca da Universidade de Coimbra (Códices 1 a 250), por Augusto Mendes Simões de Castro. Reimpressão, introdução e notas por Luís de Castro (Coimbra, 1940). Tem interesse para a história jurídica, porque os primeiros 25 códices catalogados são manuscritos de João Pedro Ribeiro.

14 — Não queremos terminar esta resenha, na parte em que se refere à historiografia portuguesa, sem chamar a atenção do leitor para uma série de RECENSÕES CRÍTICAS publicadas pelo prof. Paulo Merêa, no Boletim da Faculdade de Direito, à cerca de diversas obras de história do direito e das instituições. Essas resenhas estão longe de constituir meras notícias bibliográficas ; pelo contrário, na sua maioria, são magníficas críticas de conjunto que têm, só por si, o valor de trabalhos originais, da maior importância para o progresso dos estudos histórico-jurídicos. Foram apreciados pela ptna do prof. Merêa, os seguintes livros :

— G. Gurvitch, *L'expérience juridique et la philosophie pluraliste du droit* (Paris, 1 g35), no referido «Boletim», vol. xv (1938-39) págs. 231-235.

— Edoardo Yolterra, *Diritto romano e diritli orientali* (Bologna, 1937), ibidem, págs. 235-238.

— Emilio Bussi, *La formatione dei dogmi di diritto privato nel diritto comune (diritli reali e diritti di obbligatione)*, (Rotondi, Studi di diritto privato, n.º XXVII. Padova, 1937), ibidem, págs. 238-23g.

— Sergio Mochi Onory, *Studi suile origini storiche dei diritti essenziali délia persona* (Bologna, 1937), ibidem, págs. 491.

— Manlio Sargenti, **11** *diritto privato nella legislatione di Costantino: Persone e famiglia* (Milano, 1938), ibidem, págs. 492-493.

— Roger Labrousse, *Essai sur la philosophie politique de l'ancienne Espagne (politique de la raison et politique de la foi)*, ibidem, págs. 493-495.

— Hermann Krawinkel, *aFeudum» (= Forschungen t^{um} deutschen Recht*, Bd. III. H. 2—Weimar, ig38), no vol. xvi do mesmo «Boletim» (1939-40), págs. 546-548.

— José Pinto Loureiro, *Forais de Coimbra* (Coimbra, 1940), ibidem, págs. 548-549.

— March Bloch, *La société féodale; la formation des liens de dépendence* (Paris, 1939), ibidem, págs. 255-256.

— L. Strauss, *The political philosophy of Hobbes, its basis and its genesis* (Oxford, 1936), no já citado «Boletim», vol. xvii (1940-41), págs. 167-168.

— Carl Schmitt, *Der Leviathan in der Staatslehre des Thomas Hobbes: Sinn und Fehlschlag eines politischen Symbols* (Hamburg, 1938), ibidem, págs. 168-169.

— Cabral de Moneada, *Um iluminista português do séc. xviii: Luís Antonio Verney* (Coimbra, 1941), ibidem, págs. 169-172.

— Theophil Melicher, *Die germanischen Formen der Eheschlusung im westgotisch-spanischen Recht*, (Wien, 1940) ibidem, págs. 367-369.

— Manuel Bento, *Subsídios para a história do direito português*, ibidem, págs. 370.

§ 2.º — *Historiografia estrangeira com interesse para Portugal*

Passada em revista a produção historiográfica portuguesa relativa à história do direito e das instituições, procuraremos agora dar uma indicação muito sumária das mais importantes publicações de autores estrangeiros que podem, dentro do mesmo domínio, interessar a Portugal. Consideramos como tais, em primeiro lugar, as obras estrangeiras que directamente se ocupam da história jurídica portuguesa; em segundo lugar, as que se referem a problemas histórico-jurídicos da Espanha romana e visigótica, visto que êsses problemas são também, em sentido amplo, de história do direito português; em terceiro lugar, todas as obras àcerca do direito e das instituições da Reconquista, pela importância que tais instituições teem para nós, como fontes das que entre nós vigoraram, ou como produto das mesmas condições históricas em que as nossas se geraram; e, finalmente, os trabalhos de história do direito e das instituições espanholas que focam aspectos dessa história comuns ou afins aos da história jurídica portuguesa.

1 — AS OBRAS ESTRANGEIRAS SOBRE A HISTÓRIA JURÍDICA PORTUGUESA, habitualmente em quantidade muito escassa, foram relati-

vamente numerosas no período que é analisado nesta resenha. A razão disso advém, mais uma vez, das comemorações centenárias da fundação e restauração da independência, em 1940. Tomaram parte no Congresso do Mundo Português e apresentaram aí notáveis comunicações sobre temas de história jurídica portuguesa alguns dos mais ilustres investigadores estrangeiros. Essas comunicações foram depois todas publicadas nas actas do Congresso.

Dêsses trabalhos destacaremos, em primeiro lugar, um estudo de Cari Erdmann, a quem a história medieva de Portugal tanto tem interessado, sobre *Die Annahme des Königstitel durch Afonso i von Portugal*. O original alemão é acompanhado, nas publicações do Congresso (vol. 11, págs. 35 a 72), de uma tradução portuguesa. Uma outra tradução tinha já sido anteriormente publicada pelo Instituto alemão da Universidade de Coimbra, com o título *Dè como D. Afonso Henriques assumiu o título de Rei* (Coimbra, 1940).

Outro escritor alemão que tomou parte no Congresso foi Wilhelm Giese, com uma tese sobre os costumes nupciais portugueses, que intitulou *Portugiesische Hoch^eitssitten im Rahmen romanischen Brauchtums*, publicada no vol. xvm, págs. i5o a 186.

A mais larga colaboração estrangeira foi, porém, dada por investigadores espanhóis, entre os quais avultam dois catedráticos da história do direito grandes amigos de Portugal : Luís G. de Valdeavellano e Juan Beneyto Pérez. O primeiro realizou um estudo interessantíssimo da «paz da casa» segundo os forais e estatutos municipais portugueses, que foi lido no Congresso de História medieval com o título de *La proteccion jurídica del domicilio en los derechos municipales portugueses de la Edad Media* (publicações do Congresso, vol. 11, págs. 507 a 524); o segundo apresentou um trabalho importante, sobre história das doutrinas políticas na Idade Média, subordinado ao tema *Tesis portuguesas y españolas sobre reino é imperio* (ibidem, págs. i65 a 180).

Igualmente de grande mérito foram as comunicações de J. Carro Garcia e de José M. Onrubia y Ribas, intituladas respectivamente *Los votos de Portugal y el diploma de Ramiro I* (publicações do Congresso, vol. 11, págs. 147 a 164) e *Paralelismo dê la introducción y vicisitudes del liberalismo en España y*

Portugal en el primer tercio del siglo xix (ibidem, vol. vin, págs. 303 a 326).

Ale'm destas comunicações ao Congresso do Mundo Português, outros trabalhos de autores estrangeiros se publicaram a respeito da historia jurídica portuguesa. Destacaremos de entre éles :

— Um estudo de Konezke sobre as origens do Estado português— *Die Entstehung des portugiesischen Staats* — no «Ibero-Amerikanisches Archiv», xiv, 1940, Heft 1.

— Um artigo de Cario Caccioli sobre a colonização portuguesa na Africa, suas fases e características, na «Rivista delle Colonie» (1941).

— Dois trabalhos de R. S. de Lamadrid relativamente ao estudo do direito canónico na Universidade de Coimbra, durante os sécs. xvi e xvii. O primeiro dêsses trabalhos foi publicado no «Archivo teológico granadino» (vol. 11, 1939, págs. 7 a 24) sob a epígrafe *Para la historia del derecho canonico posttridentino. La cátedra de prima en Coimbra (secs. xvi-xvii.)* O segundo, que é um complemento dêste, apareceu no vol. xv da revista portuguesa «Biblos» (1939 — págs. 429 a 437), com um título semelhante: *La cátedra de visperas en Coimbra (sécs. xvi-xvii.) Para la historia del derecho canonico posttridentino.*

2⁹ — De interêsse primacial para a história do nosso direito são, como já dissemos, todos os trabalhos referentes à HISTÓRIA JURÍDICA DA ESPANHA ROMANA E VISIGÓTICA.

Restritamente sobre a Espanha romana, apenas dois estudos foram publicados: um artigo de Alvaro d'Ors Pérez-Peix *Sobre los origenes del culto al emperador en la España romana*, na revista «Emérita», tomo x, fascículo 11; e um outro de Alfonso García Gallo *Sobre las ideas absolutistas en la España romana*, na «Revista de estudios políticos», ano 1, n.º 4 (1941).

Éste último, catedrático ilustre da Universidade de Valência, iniciou em 1940 a publicação duma *Historia del derecho español*, de que saíram iá dois volumes de texto, referentes à Espanha romana e visigótica, e um volume de fontes. Trata-se duma obra de fôlego, em que os assuntos veem tratados com largo desenvolvimento e citação abundante de bibliografia. O volume de fontes é de grande utilidade prática e foi organizado com finalidades didáticas.

Quanto à época visigótica, a obra mais extensa a mencionar é o volume m da *Historia de España*, editada sob a direção de Menéndez Pidal. Nesse volume, que é todo consagrado à Espanha visigótica, encontram-se vários artigos da maior importância para a história jurídica, devidos à pena dos professores de história do direito Manuel Torres López e Ramón Prieto Bances. São da autoria do primeiro os seguintes capítulos da parte u :

— Capítulo ii — *Instituciones económicas de la Espana goda* (págs. 149 e segs.).

— Capítulo iii — *Instituciones sociales* (págs. 177 e segs.).

— Capítulo iv — *El derecho y el Estado* (págs. 203 e segs.).

— Capítulo v — *El derecho privado, penal y procesal* (págs. 229 e segs.).

— Capítulo vi — *La iglesia en la España visigoda* (págs. 205 e segs.).

— Capítulo vii — *La vida privada en los tres primeros siglos de la Edad Media* (págs. 327 e segs.).

Da autoria de Prieto Bances é o capítulo vi da mesma parte 11, que trata das *Fuentes del derecho visigodo* (págs. 251 e segs.).

Como trabalho de investigação sobre direito visigótico nenhum teve, porém, o vulto e a importância da *Nacionalidad y territorialidad del derecho en la época visigoda*, de Alfonso García Gallo, publicada no «Anuario de Historia del derecho español», vol. xiii (1936-41), págs. 168 e segs. Trata-se duma tese revolucionária, que o ilustre professor de Valência veio lançar no mercado histórico-jurídico acerca da legislação visigótica. A tese tradicional, largamente fundamentada por Zeumer, sustentava a vigência do princípio da personalidade do direito entre os visigodos anteriormente à *Lex msigothorum reccesvindiana*, afirmando que o Código de Eurico e o Código de Leovigildo teriam sido de aplicação exclusiva a visigodos e o Breviário de Alarico de aplicação exclusiva a romanos. García Gallo procura demonstrar, pelo contrário, que a legislação visigótica foi sempre territorial, isto é, de aplicação indistinta às duas massas populacionais, tendo portanto o Código de Eurico sido revogado pelo Breviário e éste pelo Código de Leovigildo, que, por sua vez, vigorou como única codificação até ao Código reccesvindiano.

Outro trabalho importante de investigação relativo à época visigótica é a excelente monografia de Theophil Melicher sobre as

formas germânicas de casamento no direito visigótico-hispânico : *Die germanischen Formen der Eheschliessung in westgotisch-spanischen Recht* (Wien, 1940). Finalmente, citaremos a publicação de Ariño Alafont: *Colección canonica hispana* (Avila, 1941).

3 — Foram também bastante numerosos os estudos publicados por investigadores estrangeiros, especialmente espanhóis, à cerca da HISTÓRIA DO DIREITO E DAS INSTITUIÇÕES DA RECONQUISTA.

Dentro dêste domínio, os trabalhos que maior interesse têm para a história do nosso direito são, indiscutivelmente, os que se referem ao direito leonês, visto que foi do reino de Leão que Portugal se desmembrou como monarquia independente e as instituições do nosso primitivo direito, na sua maioria, não são mais que um reflexo das que vigoravam na monarquia leonesa.

O trabalho mais importante que se publicou sobre direito privado leonês foi o de Ramón Prieto Bances : *La explotación rural del dominio de San Vicente de Oviedo en los siglos x a xm*. Faz-se nêle um estudo completo e minucioso dos vários tipos de contratos que então se utilizavam para a exploração da terra, como o arrendamento, a parceria, o préstamo, a precária, o empraçamento, etc. A publicação dêste valioso trabalho foi feita em vários tomos do «Boletim da Faculdade de Direito de Coimbra» ; iniciou-se no vol. xiv e continuou nos vols, xv, xvi (1939-40) e xvii (1940-41); fez-se depois uma separata da obra completa (1941).

Merece ser mencionado também, ao lado dêste, um estudo de M. Fernández Nuñez sobre *Derecho consuetudinario leonés*, que apareceu na «Revista de la Facultad de Derecho de Madrid», em 1941.

À cerca do direito público da monarquia leonesa, abordou José Maria Ramos y Loscertales, com a sua costumada mestria, o importantíssimo problema de *La sucesión de Alfonso vi* no vol. xm do «Anuario de Historia del Derecho» (1936-41), págs. 36 a 99. Através duma cuidada análise crítica das fontes, o autor rejeita a versão dos factos dada pela *Historia Compostelana* e considera preferível a tradição castelhana, segundo a qual a única sucessora de Afonso vi teria sido D. Urraca.

No mesmo volume do «Anuario», na secção de «Documentos», publicou Luís Vázquez de Parga, segundo a versão do «Tumbo Viejo» de Lugo, os *Decretos de Alfonso ix de León para Galicia*,

Refere-se também a Leão, um estudo do Padre José López Ortiz, publicado em 1941 na revista «Ciudad de Dios» : *Notas para el estudio de la idea imperial leonesa.*

Os trabalhos àcerca do direito e das instituições dos outros reinos cristãos da península, embora não revistam para nós a importância dos que se referem a Leão, não podem deixar de ser aqui mencionados, porque as instituições jurídicas desses Estados apresentam grandes afinidades com as nossas, ou não se tivessem gerado com base nos mesmos antecedentes e dentro das mesmas condições políticas, económicas e sociais.

Sobre direito aragonês, publicaram-se dois estudos, da autoria do eminente professor da Universidade de Kiel Eugen Wohlhaupter. Um deles trata da história das fontes territoriais aragonesas anteriormente ao Código de Huesca e apareceu em 1939, nos «Studi in onore di Carlo Calisse» (vol. 1). O outro, figura na «Festschrift Ernst Heymann» (1940) e intitula-se *Die lokalen Fueros Aragons und ihre Verbreitung.*

O direito navarro também foi objecto de atenção por parte dos historiadores : José Maria Lacarra, que tantas vezes no «Anuario» se tem ocupado das instituições dessa gloriosa província espanhola, publicou, na revista «Príncipe de Viana» (ano 11, n.º 3), um erudito artigo com importantes achêgas *Para el estudio del municipio navarro medieval.* Por seu turno, o professor alemão Konrad Haebler dissertou sobre os *Fueros de Sobrarte*, no vol xiii do «Anuario de h.^a del d.^o» (págs. 5 a 35), defendendo a existência duma compilação oficial de direito pirenaico no reinado de Sancho Ramírez (1076-1096) e rebatendo assim a doutrina mais em voga, segundo a qual os «Fueros de Sobrarbe» apenas teriam existência lendária.

Para a história do direito catalão, citaremos uma nota de Valdeavellano (na «Miscelânea» do vol. xm do «Anuario» sobre *La palabra «jvadiatio» en un diploma catalán de iogg* e um artigo de J. Rius Serra sobre *El derecho visigodo en Cataluña*, publicado no vol. vin das «Spanische Forschungen».

Também a região da Biscaia não foi esquecida, tendo publicado àcerca dela um estudo o reverendo abade de Silos e insigne historiador D. Luciano Serrano: *Orígenes del señorío de Vizcaya en época anterior al siglo xvi* (Bilbao, 1941).

Os estudos que se elaboraram àcerca do direito castelhano

incidem, todos eles, sobre a época da formação da legislação territorial. Alfonso García Gallo publicou no vol. xm do «Anuario», na secção de «Documentos», alguns dos mais importantes *Textos de derecho territorial castellano* (*Devysas — Pseudo Ordenamiento n de Nájera — Pseudo ordenamiento de León — Fuero Antigo*). Antecedem essa publicação várias considerações de valor sobre a formação do direito territorial de Castela, em que se rectificam algumas conclusões dos estudos publicados por Galo Sánchez no vol. vi do «Anuario».

Na mesma secção e volume do «Anuario», publicou Rafael Calvo Serer uma colecção legislativa dos fins do séc. xiv ou princípios do séc. xv, que se encontrava inédita e que contém uma forma sistemática das chamadas «Leyes del Estilo»: *Libro de los juysios de la corte del rrey*.

A legislação de Afonso o Sábio foi também analisada por Ramón Prieto Bances num artigo saído na revista portuguesa «Brotéria» (vol. xxix, 1939, págs. 533 a 553) subordinado ao título: *Escola de cavaleiros — A educação do cavaleiro segundo o «código das sete partidas» de Afonso x, o sábio*.

Para terminar a lista das obras referentes ao direito e instituições da Reconquista, citaremos ainda os dois seguintes trabalhos:

— Juan Beneyto Pérez, *Respeto a la persona y a la ley en la Edad Media*, na «Revista de estudios políticos» (Madrid, 1941).

— Waldmann, *Germanisches Recht in Spanien*, na «Deutsche Justiz» (1941).

4 — Finalmente, ficaria esta resenha incompleta se não dessemos aqui, pelo menos, os títulos das publicações que focam outros ASPECTOS DA HISTÓRIA JURÍDICA ESPANHOLA COMUNS OU AFINS DA NOSSA. Mencionaremos as seguintes:

a) Sobre direito canónico:

— J. San Martín, *El diezmo eclesiástico en Espana hasta el siglo xii* (1941).

— Jaime M. Mans Pigarnau, *Decretales de Gregorio ix. Versión medioeval española*, vol. 1 (Barcelona, 1940).

— J. Vincke — *Zur Geschichte der spanischen Inquisition. Die Inquisition in Aragon, Katalonien, Mallorca una Valencia mihrend des 13 und 14 Jahrhundert* (Bonn, 1941).

b) Sobre história da cultura jurídica :

— Pérez de Urgel, *Santo Isidoro de Sevilla* (1940).

— Orio Giacchi, *La Compagnia di Gesù e la ciencia del diritto*, na revista «Jus», 11, 1941.

— José López Ortiz, *Un canonista español del siglo xvi, el Dr. Navarro D. Martín de Aspilueta*, in «Ciudad de Dios» (1941).

c) Sobre historia económica:

— Carlos Garcia de Oviedo, *Notas acerca de la mendicidad en el derecho historico español*, nos «Anales de la Universidad Hispalense», ano ni, 1940, pág. 117.

— C. Viñas y Mey, *El problema de la tierra en España en los siglos xvi y xvii*.

— Izarra Retana, *Vecindades, cofradías y gremios, artesanado de Alava* (Madrid, 1941).

d) Obras de conjunto:

— Juan Beneyto Pérez, *Manual de historia del derecho* (1940).

— O mesmo, *Estudios sobre la historia del régimen agrario* (1941).

e) Sobre problemas gerais da historiografia jurídica :

— Francisco Elias de Tejada Spínola, *Acercas de una posible historia del pensamiento politico español*, na «Revista general de legislación y jurisprudencia», 1941.

— Juan Beneyto Pérez, *Primeros problemas de la historia jurídica*, no vol. LXXXVI do mesma revista.

f) Sobre historia das doutrinas políticas e da filosofia jurídica :

— Juan Beneyto Pérez, *Ideas politicas de la Edad Media (selección^ traducción, prólogo de...)*, 1941.

— O mesmo, *Aspectos introductivos de la literatura juridico-política medieval*, na «Revista de la Universidad de Madrid», vol. ii, fase. ni.

— Cesar Silió, *Maquiavelo y el maquiavelismo en España (Discurso de recepción en la Real Academia de Ciencias morales y politicas)*, 1940.

— Luís Legaz y Lacambra, *resenha histórica das doutrinas políticas em Espanha, que acompanha a sua tradução da Historia de las doctrinas políticas de Gaetano Mosca* (Madrid, 1941).

— J. H. Parfy, *The spanish theory of Empire in the 16th. Century* (1940).

— E. Sanchez Reyes, *Nuestro concepto de Imperio*, na «*Revista de la Universidad de Oviedo*» (1940).

— C. Viñas y Mey, *Imperio y Estado en la España del siglo de oro*, na «*Revista de la Universidad de Madrid*» (1940).

— K. Brandi, *Der Weltreichgedanke Karls v*, na «*Ibero-Amerikanisches Archiv*» (Jahrg. xui, 1940, H. 4.) e na «*Euro-päische Revue*» (xvi, 1940, H. 5).

— Duque de Maura, *El designio imperial de Filipe n*, nos vols. 96 e 97 (1940) da revista portuguesa «*O Instituto*».

— L. Izaga, *La soberanía civil según Suárez*, na «*Razón y fe*» (Nov.º-Dez.º de 1941).

— Namzaly, *Doctrina de Francisci Suarii de Stato*, (Roma, 1940).

— J. Zaragüeta y Bengoechea, *La teoría suare\iana de la causalidad : los valores ético jurídicos en el pensamiento de Suárez*, na «*Boletín de la Universidad de Granada*» (Abril de 1941).

— Perpiña Rodríguez, *La doctrina y los grupos humanos en Vitoria y Su áre*, na «*Revista de la Facultad de derecho de Madrid*» (1941).

— *Vitoria et Suárez\, contribution des théologiens au droit international moderne*, publicado pela «*Association Francisco de Vitoria*» (Paris, 1939).

— Beltran de Heredia, *Francisco de Vitoria* (Barcelona, 1939).

— Francisco Gasa, *Francisco de Vitoria y su doctrina sobre la ocupación y conquista coloniales*, na «*Revista de Derecho Internacional*» (Habana, 1939 e 1940).

— Teodoro Andre's Marcos, *Más sobre Vitoria y Carlos v en la soberanía hispano-americana* (Salamanca, 1939).

— M. Fraga Iribarne, *Luis de Molina, Los seis libros de la justicia y el derecho* (estudo preliminar e notas de.....), tomo 1, vol. i (1941).

— R. S. de Lamadrid, *O tratado «De bello» do Padre Luís de Molina*, na revista portuguesa «*Brotéria*», vol. xxx, (Janeiro - Junho de 1940) págs. 82 a 92.

— M. Fraga Iribarne, *La doctrina de la soberanía en el Padre Luís de Molina S. Jna* «*Revista de la Facultad de derecho de Madrid*» (1941).

— E. L. Llorens, *liber Juan de Marianas Staatsauffassung*, no vol. vin das «*Spanische Forchungen*» (*940).

— Juan Beneyto Pérez, *Juan Luis Vives y el problema de Europa*, nos «Anales de la Universidad de Valencia», vol. XVII (1940-41).

— C. W. Crawley, *Fretich and english influences in the Cortes of Cadiç 18101814* (1939).

Foi também abundante a literatura histórico-jurídica sobre administração colonial e direito hispano-americano, mas abste-mo-nos de a citar por a julgarmos já mais afastada do objecto desta resenha.

GUILHERME BRAGA DA CRUZ

E s p a ñ a

(1940-1941)

La bibliografía de Historia de Espana en 1940 y 1941 comprende pocos trabajos de investigación, muchos manuales, compendios y refundiciones y numerosos libros escritos con un noble fin político.

La escasez de trabajos de investigación se explica por las circunstancias de los años anteriores, pero ya la vida académica se normaliza, el Estado estimula con dotaciones espléndidas y premios cuantiosos, y todo conspira a un próximo florecimiento.

Muestra de buen augurio son las nuevas revistas como la excelente de Historia *Hispania* dirigida por los profesores Zabala, Torre y Alcázar (*).

Los libros didácticos y los de tipo comercial abundan porque las casas editoriales han tenido que llenar vacíos causados por la ruina de almacenes y depósitos importantes.

Asimismo es extensa la literatura histórica originada por el Movimiento Nacional.